

O MACARÉU

BOLETIM INFORMATIVO OFICIAL DA A.S.P.P.M.

EDITORIAL

ABRIL 2007
ANO XVI
EDIÇÃO XLIX

No passado dia 17 de Março, numa Cerimónia simples, tomaram posse os Órgãos Sociais da ASPPM para o triénio 2007-2009, onde, além dos empossados, também estiveram presentes os órgãos cessantes.

Aqueles que cessaram funções, dirigiram os destinos desta associação quase que ininterruptamente, desde a fundação, claro que estamos a falar dos profissionais—Inspector Isidoro Cernadas—Chefe Henrique Bonacho—Agente de 1ª Cl. César Silva. Todos eles, sem excepção, são referências profissionais para todos aqueles que com os mesmos tiveram oportunidade de trabalhar.

Deixaram exemplos de profissionalismo e camaradagem inolvidáveis, para os que hoje e no futuro, continuarão a conduzir esta Associação e até esta Polícia.

Haverá os que ao lerem estas palavras, esforçar-se-ão por lhes apontarem defeitos, e seguramente que os encontrarão, ou não estaríamos a falar de Homens, mas, tratam-se de meras quimeras.

Profissionalmente, ombrearam com os seus pares muitas das missões que na década de 90 catapultavam a Polícia Marítima para as primeiras páginas dos jornais, não por capturarem 30 redes de meixão, mas sim 400, não se apreendiam 120 Kilos de berbigão, mas sim 7.500 de carapau espanhol com camiões e tudo, perseguições a contrabandistas e narcotraficantes, crimes arqueológi-

(Continua na página 2)

(Continuação da página 1)

cos, ambientais, etc., mesmo que tudo isso fosse feito só com base na carolice, sem serviços de informações, logística e reduzidos meios, tudo isto, era uma constante.

Quem é que tinha coragem de recusar fazer mais horas que o habitual, quando eles também estavam no terreno passando pelo mesmo que nós, fome, sede e, quantas vezes, um frio do "caraças". Não havia telemóveis para lhes pedir instruções, mas também não faziam falta, Eles estavam connosco.



Para terminar só me resta em nome daqueles que hoje presido e daqueles que fazem suas as minhas palavras, deixar o meu sincero agradecimento pelos valores que nos inculcaram e pela honrosa missão que desempenharam na POLÍCIA MARÍTIMA.

Aos que não tiveram o privilégio de com eles trabalhar ou socializar, deixo-vos o meu lamento,

pois que para os bons e para os maus momentos, tanto profissionais como associativos, não sabem o que perderam.

Jorge H. Veloso Lopes

Presidente da Direcção Nacional

Actividade Associativa



Como é do conhecimento de todos, os Órgãos agora em exercício apresentaram-se a todos em sufrágio universal e com um Manifesto Eleitoral inequívoco de intenções a executar no mandato de três anos (2007-2009).

Algumas das acções que protagonizaremos serão susceptíveis de causar antagonismos com associados que poderão julgar estarmos a combatê-los. Esses camaradas, entendam, nada nos move contra vós em particular, contudo, não privilegiaremos ilegalidades, tenham elas origem onde quer que seja. Tudo que nos move é a dignificação da nossa nobre missão e da POLÍCIA MARÍTIMA.

A Assembleia Geral de Fevereiro último, mandatou-nos e legitimou esta Direcção Nacional para que, intentasse acções judiciais para repor a legalidade no seio da Polícia Marítima, em matérias como

(Continuação da página 3)

- Criação de um Estado-maior da Polícia Marítima, à revelia da Lei;
- Uso indevido de Fardamento, Insígnias e Carteira Profissional da Polícia Marítima, por militares da Marinha;



- Legiferação incompetente por parte do CGPM em matérias que são da competência da tutela, nomeadamente, alteração da portaria que regula a distribuição emolumentar;
- Exercício de funções de Comando por elementos na situação de Pré-Aposentados, na efectividade de serviço, bem como o desempenho dessas funções por elementos de categoria diferente.

Sobre esta matéria, e em claro respeito pelas deliberações do órgão máximo desta associação, a Assembleia Geral, foram dadas instruções ao nosso Gabinete Jurídico para que assim se procedesse, sendo interpostas acções em Tribunal com esse fim, sendo

(Continua na página 5)

(Continuação da página 4)

igualmente manifestados estes factos, junto dos Grupos Parlamentares com quem a Direcção Nacional reuniu na segunda quinzena de Abril.

A estes grupos parlamentares, foi igualmente apresentada uma Exposição de Motivos, e trocados pontos de vista, sobre o que pensamos sobre a anunciada Reestruturação das Forças e Serviços de Segurança, e a criação do Sistema Integrado de Segurança Interna, tendo sobre estes aspectos, sido manifestados os anseios da Classe, entenda-se Polícia Marítima, anseios esses, apresentados pelos sócios nas reuniões realizadas em Junho 2006.

Ainda neste âmbito, foram dirigidos ofícios aos Srs. 1º Ministro, Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, onde além de um pedido de audiência, foi mostrada a nossa apreensão quanto ao futuro da PM.

Na sequência das notícias vindas a público sobre os factos acima referidos, foi realizado um comunicado à Imprensa e que à frente reproduzimos, o qual pensamos responder a muitas das questões levantadas pelos nossos associados.

A concluir resta-nos dizer que, com vista e em tempo útil, dar a conhecer aos associados a actividade associativa desenvolvida no mês anterior, foi criado, conforme anunciado em Programa Eleitoral, um Folheto Informativo, que é colocado ao dispor dos sócios a nível de Comando, bem como um Gabinete de Imprensa, cujo objectivo é, receber, tratar e responder a todas as questões que nos sejam postas no âmbito da Polícia Marítima e dentro das competências da Lei, o qual, num primeiro balanço, passe a expressão, não tem tido "mãos a medir".

COMUNICADO À IMPRENSA

No passado dia 12 de Fevereiro de 2007, foram eleitos os órgãos sociais da ASPPM para o triénio 2007/2009, os quais, tomaram hoje posse na sua sede nacional, em Lisboa.

Os dirigentes agora em exercício, além do agendamento de acções para o 1º semestre de 2007, e relacionadas a regulamentação do Estatuto da PM, nomeadamente, *HORÁRIO DE TRABALHO - SISTEMA RETRIBUTIVO PROPRIO - CONSELHO DE POLÍCIA - CONSELHO DE DISCIPLINA - REGULAMENTO DO DIREITO DE ASSOCIATIVISMO DO PESSOAL DA PM*; decidiram, face ao recente anúncio de reestruturação das Forças e Serviços de Segurança e à alteração da Lei de Segurança Interna, anunciadas pelo Governo, dar continuidade às acções de protesto pelo tratamento que está a ser dado à Polícia Marítima.

Na primeira semana do mês de Março, seguiu esta Associação Sócio Profissional e os profissionais da Polícia Marítima (PM), de forma incrédula, ao debate mensal sobre a Segurança Interna, levado a efeito pelo 1º Ministro, na Assembleia da República, bem como, às diversas intervenções/entrevistas, realizadas/concedidas por membros do Governo sobre a temática da reestruturação das Forças e Serviços de Segurança e a criação do Sistema Integrado de Segurança Interna.

De forma incrédula, porque a Polícia Marítima, apesar de se encontrar na tutela do Ministério da Defesa Nacional, à luz da Lei de Segurança Interna, vigente, é um órgão de Polícia Criminal e o seu Comando,

(Continua na página 7)

(Continuação da página 6)

Autoridade de Polícia Criminal, até porque um grande manancial de legislação avulsa, que faz referência à Polícia Marítima nesse sentido, daí não se entender porque está a mesma excluída da reestruturação em foco.

O Decreto-Lei 248/95 de 21 de Setembro, Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, no seu Artigo 2.º - **Competências** - 1 - Ao pessoal da PM compete garantir e fiscalizar o cumprimento da lei nas áreas de jurisdição marítima, com vista, nomeadamente, a preservar a regularidade das actividades marítimas e a segurança e os direitos dos cidadãos. 2 - O pessoal da PM é considerado órgão de polícia criminal para efeitos de aplicação da legislação processual penal, sendo os inspectores, subinspectores e chefes considerados, no âmbito das suas competências, autoridades de polícia criminal.

Como o próprio preâmbulo do diploma supra refere, a PM existe desde 1919, e tem exercido em toda a sua plenitude o policiamento geral e a segurança de pessoas e bens na sua área de intervenção, não raras vezes com sacrifício da vida social dos seus elementos, face aos meios humanos e materiais de que dispõe.

O actual modelo orgânico em que a PM se encontra inserida, na nossa opinião, não serve os reais interesses do Estado. A Missão e os seus Profissionais têm sido desvalorizados, e por vezes desvirtualizados, já que os resultados da sua missão, são apresentados como se a Marinha os tivesse realizado.

Como se poderá facilmente apurar, 90% das verbas entradas

(Continua na página 12)

Neste espaço iremos dar início a uma rubrica que tem por objectivo, trazer ao conhecimento de todos, histórias e notícias que retratem o quotidiano da POLÍCIA MARÍTIMA.

Para isso, contamos contigo, seguramente terás alguma, por muito rocambolesca que seja, que queiras dividir com todos.

Para começar, eis esta, cujos protagonistas, serão apenas identificados pela 1ª letra de seu nome.

No regresso de mais uma operação ao Meixão no rio Tejo, seguiam em coluna 4 ou 5 viaturas da PM de Lisboa, sendo que uma delas, era uma viatura pesada que transportava botes e motores bem como outro material.

Ao seu volante seguia o P. que era acompanhado pelo R., quando inesperadamente, e face a uma fila de trânsito devido a um acidente, diz o P para o R—é pá, o trânsito não anda, e a comida do almoço rebentou-me com os intestinos. Praguejando diz—o que eu sinto ou é a morte ou a má sorte, passa-me aí uma galocha, senão estoiro. Responde-lhe o R indignado—eu? Não passo nada pá, tas parvo—enquanto puxava dum cigarro. Continuando P—É pá não fumes agora, senão estou desgraçadinho e rebento de seguida—já branquinho como a cal da parede e a suar, arremessa o CAP para o tablier da camioneta e diz—o tabaco ainda me põe pior—Olha paciência—diz o R. Sem mais delongas o P. passa-se. Puxa o travão de estacionamento isto em plena A1—deita a mão a um molho de desperdício e eis que passando por cima do R, abre a porta do pendura e salta para a berma. Todo o pessoal que seguia a camioneta—repara incrédulo no que se estava a passar, mas sem fazer a mínima ideia porquê, eis que o P desata a correr vereda abaixo em direcção a uma passagem desnivelada. Desaparecendo da nossa vista., Comunica o R para toda a coluna—este gajo é maluco, largou a fugir porque estava "com os níveis da sua capacidade intestinal no máximo" e deixa-me agora o menino nas mãos—ao mesmo tempo que

HISTÓRIAS & NOTÍCIAS QUE O TEMPO NÃO APAGOU

saltava para o lugar do condutor. Decorridos cerca 1500 metros, em marcha lenta devido ao acidente, eis que ressurgue o P, e toma o seu lugar como condutor, dizendo para o R., é pá! Estava a ver que morria.

In "A CAPITAL", 18AGO1991

ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA E CABOS-DE-MAR

Cardico, narrativamente, que, por escritura de 27 de Junho de 1991, lavrada de R. 73 e R. 75 do Livro de notas para escrituras dividas n.º 820-D do 1.º Cartório da Secretaria Notarial de Sesimbra, a cargo do notário licenciado Silveiro Gomes Silvestre, foi constituída uma associação, sem fins lucrativos, com denominação em inglês, que tem a sua sede na Avenida de 24 de Julho, 60, 4.º-D, freguesia de Santos-o-Velho, concelho de Lisboa, que durará por tempo indeterminado.

A associação tem por fim representar e defender os interesses dos respectivos membros e delegar nos seus diversos órgãos, nomeadamente a Direcção Nacional, profissional, exprimir opinião junto das entidades competentes sobre os assuntos que afectem o bem-estar e o moral do pessoal, formular propostas sobre o funcionamento dos serviços as entidades hierarquicamente competentes e intervir comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição.

O seu estatuto é constituído por leis de inscrição e quotização dos associados, contribuições extraordinárias, receitas provenientes de quaisquer iniciativas e legados, donativos e subsídios que venham a ser atribuídos.

- A associação tem por órgãos:
- 1 — A nível nacional:
 - a) A assembleia geral;
 - b) A direcção nacional;
 - c) O conselho fiscal.
 - 2 — A nível regional: delegados regionais.
 - 3 — A nível local: delegados locais.

Esta conforma
Secretaria Notarial de Sesimbra
27 de Junho de 1991.

A Primeira Adjunta,
Alma Fernanda dos Anjos
Castanho

Polícias querem sair da Armada

Os polícias marítimos dizem não ter meios para actuar. Garantem que vêm passar as lanchas dos traficantes da droga sem poderem fazer nada. Querem sair da dependência da Armada. É o primeiro passo para facilitar a luta já o deram. Criaram a sua Associação.

Os agentes da Polícia Marítima estão em vias de concluir o processo de oficialização da sua estrutura representativa, que irá surgir com o nome de Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima e Cabos de Mar. Feita a escritura em meados de Maio, esperam agora apenas que o respectivo estatuto seja publicado no «Diário da República» — o que deverá acontecer durante a próxima semana.

Para além da defesa dos direitos da classe (350 homens), os agentes da Polícia Marítima têm uma primeira grande aspiração: mudar um estatuto semelhante ao da Polícia de Segurança Pública (PSP) e sair da dependência do Comando-Mare da Armada. A actual gestão dos agentes da Polícia Marítima — diz-nos um elemento da Associação — é de que a Armada não está vocacionada para ter na sua esfera de acção o desmantelamento de funções policiais desta natureza». Afirmam estes polícias que, «muitas vezes as missões chegam a ser prejudicadas porque os oficiais colocados à frente das capitânias não estão, regra geral, preparados para exercer o cargo. Neste

contexto, denunciam «a existência de critérios de actuação diferentes entre os capitães de porto, com frequente prejuízo para o trabalho policial».

Segundo a opinião que corre entre os agentes, a sua incorporação deveria estar dependente do Ministério da Justiça ou do Ministério da Administração Interna, à semelhança do que acontece com a Polícia Judiciária ou com a PSP.

«A obtenção de «melhores e mais meios» para poderem actuar com mais eficácia é objectivo dos seus objectivos de luta. «Há droga a entrar na zona dos portos que só não é, por vezes, apreendida, porque não temos meios para isso» — garantem-nos.

À luz das mesmas informações, as duas lanchas que a Polícia Marítima tem, a seu cargo na capitania de Lisboa são demanadas lentas: não ultrapassam os oito, dez nós de velocidade por hora (o nó corresponde a 1,852 metros). Em contrapartida, «os traficantes utilizam lanchas rápidas, que dão entre 50 e 60 nós». Resultado, observa-nos um dos nossos interlocutores: «Vêmo-las passar».

In "SEMÁNARIO"; 27JUL1991

ADOLESCÊNCIA!!!

Em momentos da nossa vida, por uma situação casual ou mesmo por necessidade, isolamo-nos de tudo o que nos rodeia. Reunidas as condições para não sermos interrompidos, o nosso cérebro faz o favor de nos lembrar os anos de vida que todos desejamos sejam longos. Recordamos os nossos pais, traves mestres da nossa educação; a escola, que nos ensinou o bê-á-bá do conhecimento; as brincadeiras de criança, com os amigos verdadeiros que nunca nos abandonam, e quantas das vezes servem de desculpa para nos safar do medonho tabefe educativo, nessa altura, já refugiados na compreensão da avó ou do avô. Os anos passam, chega a adolescência. Com ela as primeiras saídas, num bem combinado sábado à noite, embora muitas das vezes barrados pela malfadada palavra "não". Na revolta do momento, juramos que nunca nos vamos resignar, e logo preparamos a nova oportunidade que se avizinha. Pouco falta para os 18 anos da maior idade, até lá, move-nos a vontade sempre presente de lutar contra o que mais parece uma ditadura familiar imposta. Na continuidade do nosso percurso, mais maduros, agradecemos as bases familiares que tivemos. Sempre presente, esta estrutura preparou-nos para a vida sem nunca nos desamparar, ajudando-nos a traçar rumos e a alcançar objectivos.

Assim acontece com a ASPPM. Nasceu com fortes pilares, para dar voz ao descontentamento generalizado duma Classe, mas como acontece em muitas fontes de vida, também aqui surgiram tentativas "abortivas" que apelavam à nossa extinção. Não conseguiram! Enquanto Polícias, a "escola" da experiência ensinou-nos o que é uma Força Policial. Somo nós profissionais, e só nós, que acompanhamos este crescimento, não temendo tabefes educativos, e desvalorizando respostas negativas, que sabemos qual é o nosso valor e o papel a

(Continua na página 11)

(Continuação da página 10)

desempenhar no enquadramento das Forças de Segurança. Os reveses às nossas etapas de desenvolvimento, contribuíram para mais cedo atingirmos a maturidade que se impõe a um movimento Associativo. A expressão de 96% dos sócios nas últimas eleições, que elegeram os Órgãos Associativos, é bem elucidativa da união da Classe, com rumos definidos e objectivos concretos.

Dia 26 Maio de 2007, comemoramos o XVI aniversário da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima, com o habitual almoço, este ano em Oeiras. Unidos no mesmo propósito, é tempo de convívio, e de rever camaradas de profissão. É também com a nossa presença, que relembramos e honramos todos aqueles que, ao longo de dezasseis anos, contra todas as adversidades, deram o seu melhor em prol do nosso Associação. Desde a Comissão Instaladora, aos 18 profissionais que assinaram a escritura que nos deu enquadramento jurídico, passando por todos os que dirigiram os destinos da ASPPM, reafirmamos assim que tudo valeu a pena, e o lema que nos orienta, ontem como hoje continua vivo.

PELA DIGNIDADE...

**NÃO FALTES
AO ALMOÇO
COMEMORATIVO DO
XVI ANIVERSÁRIO
DA ASPPM
26 DE MAIO
INSCREVE-TE.
VÊ ÚLTIMA PÁGINA**



(Continuação da página 7)

nos Cofres do Estado, em resultado de coimas aplicadas por órgãos da SAM, no âmbito da pesca comercial e lúdica, da náutica de recreio, ambiente e orla marítima, etc, têm origem nas acções levadas a efeito pela PM; 80% das acções de busca e salvamento realizadas anualmente, são desencadeadas por pedidos de socorro chegados aos serviços de piquete permanente da PM, os quais envolvem de imediato os meios que dispõe.

A cada profissional da PM, em média, são exigidas mais de 250 horas mensais de serviço.

É convicção dos Profissionais desta Força de Segurança e desta Associação em particular que a PM deveria ser colocada fora da Estrutura Militar da Marinha de Guerra e à imagem das restantes Forças de Segurança, coordenada, nos termos da proposta, pelo Secretário-Geral do Sistema Integrado de Segurança Interna.

Há quinze anos que a ASPPM, vem a dizer aos sucessivos governantes que, a leitura que faz da Lei Base da Nação é que, não podem os militares exercer missões de carácter policial, ou antes, missões no âmbito da Segurança Interna fora do previsto na Constituição da República. Para nosso espanto, eis que o MAI - António Costa, vem em entrevista ao Expresso, no dia 10 de Março de 2007, vem reforçar esta leitura da ASPPM, alegando também ele para justificar a entrada Unidade de Controlo Costeiro da GNR nas 12 Milhas.

Embora acreditando que a maioria dos militares que venham a integrar esta unidade, estarão à altura de conseguirem impor-se nes-

(Continua na página 13)

(Continuação da página 12)

te meio adverso, não deixa a ASPPM de achar estranho, visto o Estado ir gastar do erário publico, em acções de formação desta nova unidade, quando dispõe de uma Força Policial com formação específica nesta área.

Dos muitos pontos de vista e comentários, trocados entre figuras do meio, tais como: Governo, Marinha, GNR, etc., sobre a necessidade da Marinha se manter com única detentora de Autoridade na Costa ou de esta Autoridade passar para a GNR, porque é que ninguém se debruçou sobre o aspecto de existir uma polícia há cerca de cem anos no meio e especializada para o mesmo, que apesar de apenas ter 500 homens, em termos percentuais, com as suas congéneres, detêm recordes de apreensão de droga, actos de fiscalização, e isto, mais uma vez, apesar de os seus recursos materiais, serem aqueles que a Administração Militar lhe faculta.

Neste sentido, usará a ASPPM, de todos os meios ao seu alcance para repor a Polícia Marítima e a sua nobre missão, no lugar que merece, iniciando essas medidas, além do ofício já endereçado ao Exmo. Sr. 1º Ministro, com solicitações de audiências aos grupos parlamentares, Ministro da Defesa Nacional, Secretário de Estado da Defesa e Assuntos do Mar, junto dos quais exporemos o assunto e, caso a caso, no âmbito das respectivas competências, apelaremos à intervenção.

Lisboa, 17 de Março de 2007

O Gabinete de Imprensa

ACORDOS & PROTOCOLOS COM A ASPPM

Foram estabelecidos Protocolos com o Ginásio "EXCALIBUR", em Fernão Ferro e com a operadora móvel TMN, esta última, carece de um mínimo de 30 adesões para o referido protocolo ser activado.

Os preços propostos pela TMN para todos os sócios, apresentam descontos que rondam os 75%, só a título de exemplo. Um agregado familiar com duas adesões, paga de assinatura mensal 2x€ 3,577, dispondo cada um de 50 minutos entre si e todo o grupo ASPPM. Se a isso pré contratarem um extra plafond de € 5 a ilimitado, cada, continuam a beneficiar dos descontos na e fora da rede privada ASPPM, ou seja, pagam para a rede privada por minuto €0,026. Para a restante rede TMN e PT por minuto € 0,102. Para as restantes redes por minuto € 0,161. Por cada adesão, dispõe de uma subsídio de € 121 para equipamento, sendo este acumulável, o que quer dizer, caso adquira apenas um equipamento, a subsídio passa a ser de € 242, pagando apenas € 6 de valor residual do referido equipamento. Este valor de subsídio não é convertível em chamadas. Só é facturado o que consumir do extra plafond, sendo que este também funciona como controlo de custos, uma vez que, esgotado o extra plafond (caso tenha limite), o telemóvel tem que ser carregado no Multibanco.

Caso desejes ser contactado pela ASPPM para receberes informação mais detalhada, contacta-nos através de E-mail, indicando o teu NII e NOME, para asp.policia.maritima@gmail.com.



© Original Artist
Reproduction rights obtainable from
www.CartoonStock.com

O QUE É
ISTO DE
UCE-GNR

U.C.E.
G.N.R.

Unidade de Controlo
Especial da GNR!!!!
Será!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Está provado.
Comunidade Científica e Astronómica,
descobriu que existe vida em Marte.

H
U
M
O
R

A

N
E
G
R
O

FICHA TÉCNICA
"O MACARÉU"
 BOLETIM
 INFORMATIVO
 OFICIAL
 DA
 ASPPM
Endereço
 Av. de Ceife Norte
 Lote 14, Loja 1
 1350-410 Lisboa
www.asppm.net
asp.policia.maritima@gmail.com
 Telefone/Fax
 213 649 707
 Telemóvel
 963012479
Redacção
Edição de Texto
 ASPPM
Reprografia
 ASPPM
Tiragem
 500 Exemplares
Distribuição
 Gratuita e exclusiva aos
 associados da ASPPM
 COLABORADORES
 Velloso Lopes
 José Roque

POLÍCIA MARÍTIMA
ASSOCIAÇÃO SÓCIO PROFISSIONAL

XVI ANIVERSÁRIO

26 MAIO 2007

ALMOÇO CONVÍVIO



MENÚ

Entradas e Aperitivos

Bacalhau com Natas e Lombo de Porco à Padeira

Fruta e Doce

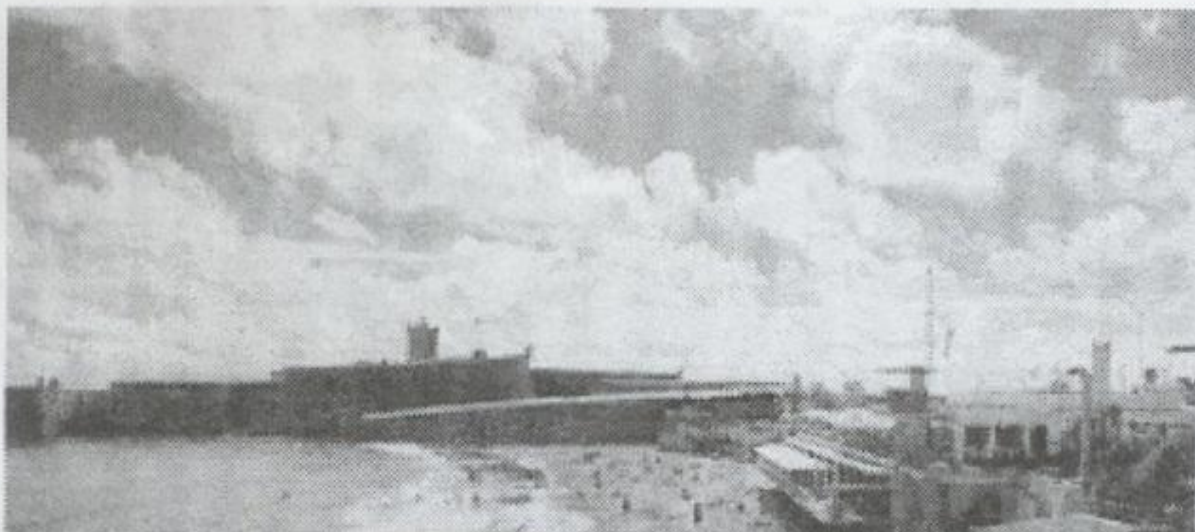
Café e Digestivo

Bolo de Aniversário

RESTAURANTE
TORREMAR,
PRAIA DA TORRE
em OEIRAS

MARCAÇÕES ATÉ
22 MAIO

PREÇO
€ 25 ADULTO
CRIANÇAS ATÉ 12
ANOS GRATUITO



Contactos: Bonacho 963 097 540
Veloso 963 012 479
Segura 968 027 865

Telefone/fax: 213 649 707
asp.policia.maritima@gmail